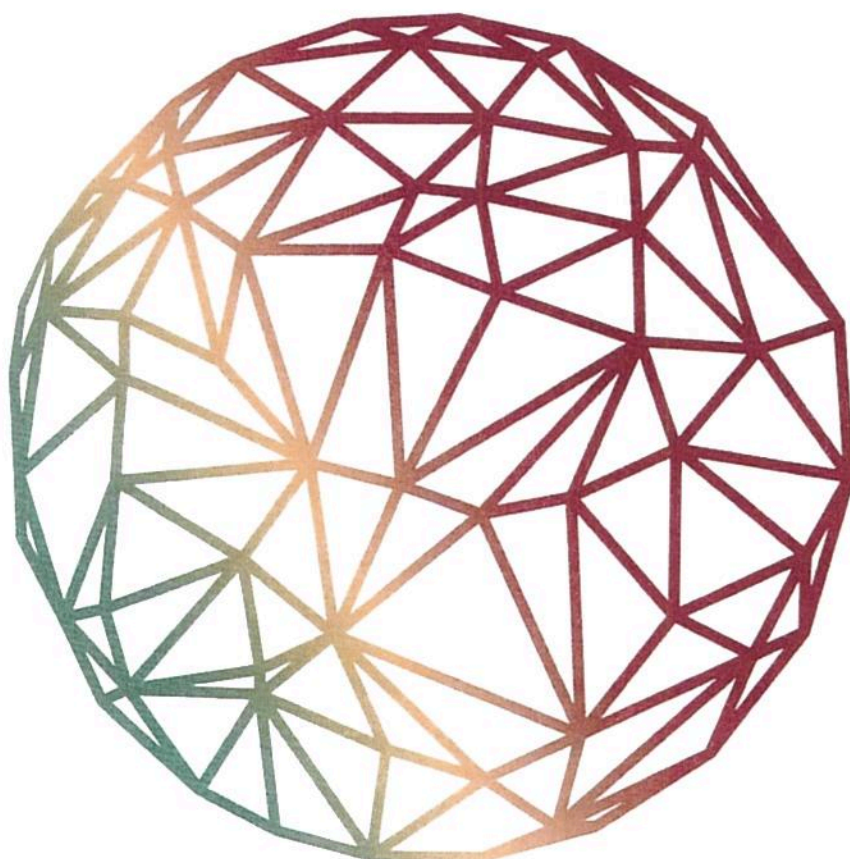




Relatório de Monitorização do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento

4.º Trimestre de 2016



SPMS_{EPE}
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



I. Introdução

Decorre dos artigos 43º e 44º (SUBSECÇÃO II, Obrigações e responsabilidades das empresas do sector público empresarial) do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro¹, a obrigatoriedade de elaboração de um Plano de Atividades. Está também previsto no artigo 25º (SECÇÃO III, Orientações e controlo) do supracitado decreto-lei a elaboração de Relatórios Trimestrais, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento.

O presente relatório, para além do acompanhamento da execução no 4º trimestre do ano 2016 dos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais previstos no Plano de Atividades (PA) de 2016 da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS), integra também o relatório trimestral de execução orçamental que se enquadra nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro², do n.º 4 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março³, bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O presente relatório tem os seguintes objetivos:

- i. Apresentar o grau de execução dos objetivos fixados no PA, no que se refere aos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais realizados pela SPMS no final do 4º trimestre;
- ii. Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- iii. Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

É de referir que as contas da SPMS no 4.º trimestre de 2016 refletem ainda a realidade descrita nos relatórios dos trimestres anteriores, ou seja, a transmissão das posições jurídicas do Agrupamento Complementar de Empresa (ACE) “Somos Compras”, detidas pelo SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, pelo Centro Hospitalar Lisboa Central, E.P.E., pelo Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E. e pelo Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E.P.E., bem como as posições jurídicas dos ACE ‘Somos Contas’ e ‘Somos Pessoas’

¹ Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei 42/2016, de 28 de dezembro.

² Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, n.º 209/2015, de 25 de setembro, e n.º 32/2016, de 28 de junho.

³ Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2015.



O PA 2016 assentou numa lógica de planeamento em cascata, na qual para cada OE foram definidos OOP, indicadores e atividades como garantia do seu cumprimento. Neste sentido, o PA 2016 está enquadrado nos seis OE descritos em cima que se dividem por 53 OOP, decompostos em 115 indicadores e 185 atividades.

2. Metodologia de Monitorização

Para a monitorização da execução do PA 2016, solicitou-se aos Diretores da SPMS que autoavaliassem o cumprimento dos indicadores, bem como o estado das atividades previstas, para cada OOP e OE.

Cada indicador foi avaliado face ao cumprimento da meta planeada, tendo sido atribuídos diferentes ponderações de acordo com o estado de realização do mesmo. Assim, foram atribuídos as seguintes estados e correspondentes ponderações:

- 1 - Superado (ponderação 1,2);
- 2 – Cumpre (ponderação 1);
- 3 – Não cumpre (ponderação 0).

Cada atividade foi avaliada face à execução da mesma, tendo sido atribuídos diferentes estados. Assim, foram atribuídos as seguintes estados:

- 1 - Concluída;
- 2 – Em curso;
- 3 – Não iniciada;

De acordo com esta autoavaliação apresenta-se a execução do PA segundo duas perspetivas:

- **Uma monitorização global por Objetivo Estratégico**, onde se inclui a totalidade dos indicadores por OE. Neste caso, cada OE foi avaliado de acordo com o grau de execução dos seus indicadores:
 - Consideram-se superados os OE que traduzam um cumprimento de mais de 80% indicadores definidos.
 - Consideram-se cumpridos os OE que traduzam um cumprimento entre 60% e 80% dos indicadores definidos.
 - Consideram-se não cumpridos os OE que não traduzam um cumprimento de, pelo menos, 60% indicadores definidos.

O cumprimento de cada OE é avaliado pela média ponderada do estado dos indicadores que a compõem.



4. Notas à Execução do PA

Da análise efetuada a partir da autoavaliação feita pelos responsáveis das Direções da SPMS, relativamente aos indicadores e atividades previstas no plano para cada OOP e OE, é possível concluir que a taxa de execução global dos indicadores foi de 60%, representando 64 indicadores com metas cumpridas ou superadas e que 37% das atividades delineadas foram concluídas e 58% se encontram em curso.

Em face das orientações estratégicas nacionais que decorrem dos diplomas publicados (Anexo I), e das próprias diretrizes do Ministério da Saúde (MS), a SPMS beneficiou neste ano de uma ampliação das suas competências. Em matéria de contratação pública, foi incumbida de centralizar a aquisição de todos os bens e serviços específicos da área da saúde na SPMS. Em matéria de coordenação das tecnologias da informação, coube-lhe a responsabilidade da implementação do Plano Setorial TIC 2020 do MS, integrado na Estratégia TIC 2020 para a Transformação Eletrónica na AP e da criação do Centro Nacional de TeleSaúde no seu seio para promoção do uso das tecnologias de informação e comunicação, como parte do processo de reforma do SNS.

O desenvolvimento das atividades previstas no plano desenrolou-se, à semelhança do que aconteceu nos trimestres anteriores, a par de outras atividades não previstas e desenvolvidas em resposta a solicitações da tutela, decorrentes não só da legislação entretanto aprovada (Anexo I) como de orientações diretamente emanadas do Ministro da Saúde. Além disso, assistiu-se à emergência de novos serviços e produtos, referindo-se a título de exemplo, a criação do Portal da Transparência e a criação dos sites para as instituições do SNS.

Esta situação, verificada ao longo do ano, forçou uma afetação não prevista dos recursos existentes às novas atividades, com impacto necessário nas atividades planeadas, sem que a SPMS deixasse, contudo, de manter uma preocupação constante com o bom cumprimento da missão e atribuições.

Pelo atrás exposto, o quarto trimestre manteve-se fortemente influenciado pelas orientações e medidas assumidas pelo XXI Governo Constitucional, dirigidas ao reforço e melhoria dos sistemas de informação e ao desenvolvimento de novos serviços para o utente e para as Instituições de Saúde, bem como no reforço das atividades no âmbito da Central de Compras da Saúde. É de referir, neste âmbito, o papel desempenhado no âmbito do Plano de Ação de Racionalização das TIC do Ministério da Saúde (MS) e na Estratégia TIC 2020 do MS.

Por outro lado, os constrangimentos anteriormente referidos no que concerne aos contratos de prestação de serviços, foram finalmente resolvidos. A formalização e assinatura dos contratos de prestação de serviços com a Direção-Geral da Saúde e a homologação tutelar do Contrato-programa celebrado com a ACSS, IP e subsequente assinatura do contrato, uma das principais fontes de receita do orçamento da



(SIMH) foi desenvolvido pela SPMS como evolução do sistema WebGDH. O SIMH tem como principal finalidade recolher, editar e agrupar em GDH - (Grupos de Diagnósticos Homogéneos) episódios de Internamento e Ambulatório, permitindo a integração de dados administrativos de vários sistemas (SONHO e outros).

- Apoio à Formação Codificação Clínica em ICD-10-CM/PCS através da Plataforma eStudo - No contexto da formação, a SPMS garantiu o desenvolvimento e acesso a várias ações formativas durante o ano, dirigidas a profissionais de qualquer entidade do SNS, através da sua plataforma eStudo (elearning - ensino a distância). Em especial, o curso de Codificação Clínica – transição ICD-9-CM para ICD-10-CM/PCS, teve várias edições realizadas entre setembro e dezembro 2016, promovido pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), teve todo o suporte e acompanhamento técnico a formadores e a cerca de 600 formandos (médicos codificadores e auditores das instituições hospitalares e elementos da Comissão Técnica da Codificação Clínica) assegurado pela SPMS. Foram ainda disponibilizados pela plataforma, conteúdos formativos e exercícios práticos e interativos, complementando a componente presencial (40 horas).
- SICC – Nova Plataforma de Contabilidade do SNS – fase final da migração da informação contabilística do Sistema de Informação Descentralizado de Contabilidade (SIDC) para o Sistema de Informação Centralizado de Contabilidade (SICC) tendo, neste caso, sido migrados o Hospital Dr. Francisco Zagalo em Ovar, a ACSS, IP, o IPST, IP, a ARS Alentejo, o Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE, a ULS da Guarda, EPE e o Instituto Oftalmológico Dr. Gama Pinto que passaram a adotar este sistema de informação.
- Análise ao Registo Nacional de Utentes (RNU) - Melhoria da qualidade de dados: A SPMS desenvolveu uma análise técnica de atualização do RNU – a base de dados de referência para a identificação dos Utentes do SNS. A melhoria da qualidade de dados do RNU implica uma progressiva evolução (qualitativa) dos dados de identificação dos utentes nas unidades prestadoras de cuidados do SNS.
- Auditoria a Redes Locais nos CSP. A realização de visitas técnicas às unidades dos Cuidados de Saúde Primários identificou potenciais problemas de rede (rede local) reportados pelos profissionais de saúde, traçando-se um cronograma de visitas (auditorias), partilhado com as ARS e intervenções no terreno, por parte das equipas técnicas da SPMS. O reforço das redes de comunicações nos Cuidados de Saúde Primários é uma das medidas da atual Tutela.
- Aquisição de novo hardware para os Cuidados de Saúde Primários. A SPMS agilizou um processo de compra de aquisição de hardware para reforço da prática clínica nos CSP. O esforço conjunto das



perto o início da utilização por parte dos profissionais daqueles organismos. A curto prazo, o Projeto ULX | Unificar Lisboa será alargado a todas as USF de Cascais.

- 3. Configuração da PDS Live entre o Serviço de Cardiologia do Centro Hospitalar do Algarve (CHA) e a Unidade de Saúde Familiar (USF) de Mirante - Olhão da Administração Regional de Saúde (ARS) Algarve e alargamento do projeto PDS Live -Teleconsultas disponíveis no Algarve - Em articulação com a ARS Algarve e o CHA, a SPMS alargou a PDS Live à USF Atlântico Sul – ACES Barlavento e à USF Balsa – ACES Sotavento, após ter sido levada a cabo a sessão piloto da plataforma PDS Live, através de uma videoconferência em tempo real, entre o Serviço de Cardiologia do CHA e a USF de Mirante – Olhão, do ACES Central, no passado mês de novembro. Existe a intenção, por parte do CHA, de alargar esta funcionalidade a outras USF, permitindo que mais especialidades sejam abrangidas, para além das já disponíveis – Cardiologia (Hospital de Faro) e Otorrinolaringologia (Hospital de Portimão).
- 3. Foram iniciados os trabalhos para a elaboração do Regulamento Interno do Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS), na sequência da publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 67/2016, em 26 de outubro, e para a criação do respetivo modelo de governo adequado à realização dos seus objetivos.
- 3. Foram enviados os questionários aos stakeholders (236) assinalados com o objetivo de conhecer a sua visão e ideias sobre a telessaúde e encontrar formas concertadas de a colocar ao serviço do cidadão, para obtenção de uma melhor definição do modelo do CNTS.
- 3. Continuação do trabalho conjunto entre as estruturas do Ministério da Saúde (SPMS, ACSS e Infarmed) e Associações de Farmácias (ANF e AFP), permitindo que a Receita Sem Papel continuasse a aumentar no SNS. Nos CSP, a taxa registada é bastante elevada, com a maioria das unidades acima dos 98% e muitas já nos 100% de prescrição eletrónica desmaterializada. Em novembro, os dados demonstravam que no Serviço Nacional de Saúde (SNS), a Receita Sem Papel (RSP) representava mais de 99% do total de receituário prescrito. No setor privado, as prescrições ultrapassava os 56%.
- 3. Atualização dos Serviços Centrais de Dispensa e Prescrição nos últimos dias de dezembro – A SPMS procedeu à atualização dos Serviços Centrais de Dispensa e Prescrição, não se tendo registado anomalias na dispensa de medicamentos ao nível das Farmácias Comunitárias do país durante o processo. A intervenção surgiu no seguimento de trabalhos desenvolvidos, em conjunto com a Associação Nacional de Farmácias (ANF), a Associação de Farmácias de Portugal (AFP) e os fornecedores de software de dispensa e permitiu implementar diversas melhorias no atual sistema.



mais e melhor informação. Esta versão também já integra o ColorADD, um código universal de identificação de cores para daltónicos, o que permite chegar a mais utilizadores.

- Organização do “III Seminário de Compras Públicas na Saúde – Uma estratégia para o SNS”. Sob este tema, o evento pretendeu promover o debate e a partilha de conhecimentos no âmbito das Compras Públicas, com especial enfoque para o impacto das novas diretivas de contratação, a inovação em compras e as visões dos diversos intervenientes, desde ordens profissionais, academia, fiscalizador, regulador, fornecedor e utilizador.
- Desenvolvimento de alterações profundas ao módulo de Vacinas do SINUS, em colaboração com a Direção-Geral de Saúde (DGS), para suportar o novo Programa Nacional de Vacinação (PNV), com entrada em vigor em 2017.
- Conclusão em dezembro da implementação do Sistema Centralizado de Vacinas na ULSLA – Fase piloto do sistema centralizado de Vacinas na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA). O “Vacinas” é o novo sistema de informação que substitui o atual registo de vacinas, feito pelos enfermeiros dos Cuidados de Saúde Primários, na aplicação SINUS. A primeira versão do “Vacinas” foi implementada no Centro de Saúde de Sines, expandindo-se depois para todas as outras unidades que integram a ULSLA: Grândola, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Odemira. Nestes centros de saúde passou a estar disponível para os profissionais. O cidadão/utente, que pertença à ULSLA, também passou a poder consultar o registo de vacinação no eBoletim de Vacinas, versão digital do boletim em papel, através da Área do Cidadão. Atualmente estão ativos 8 319 Boletins de Vacinas em versão digital.
- Participação em projetos Internacionais na Área da Vacinação - O Joint Procurement Agreement Steering Committee, que conta com a participação de elementos da Comissão Europeia e de representantes de vários estados membros, pode formar novos comités para prepararem e conduzirem procedimentos específicos de contratação, como é o caso do Specific Procurement Procedure Steering Committee for pandemic vaccines (SPPSC). Portugal esteve representado, através Direção de Compras da Saúde da SPMS, na segunda reunião do SPPSC, que ocorreu no Luxemburgo nos dias 10 e 11 de outubro. Em termos gerais, o que se pretende com o procedimento é a celebração de um acordo quadro que funcionará como uma pré-reserva da vacina da gripe pandémica, e que permitirá assegurar o seu fornecimento atempado em caso de pandemia.



contactos), dos Cuidados de Saúde Hospitalares (1.500 destinatários) e Boletim de Compras na Saúde (3.000 destinatários).

- ❖ Desenvolvimento de novos websites para as instituições do SNS por solicitação ministerial (IGAS, INEM, ARSNorte, CH Lisboa Central, 18 Centros Hospitalares e microsite EMA) e manutenção, acompanhamento, monitorização e atualização dos websites desenvolvidos (ACSS, ADSE, INSA, 8 ULS e ARS Algarve).
- ❖ Continuação da atualização, desenvolvimento e gestão de conteúdos da Intranet MySPMS, do Website da SPMS e do Portal do SNS e desenvolvimento de conteúdos, imagem gráfica e logística, mockups, etc., associada a eventos, projetos, programas e aplicações da SPMS e do Gabinete Ministerial.
- ❖ Publicação de Circulares Conjuntas com DGS, ARS, Hospitais EPE e SPS e Unidades Locais de Saúde, EPE, nomeadamente, as circulares n.º 07/2016/DGS/SPMS (reforço de procedimento do processo de desmaterialização da referência para Urgência); n.º 09/ACSS/SPMS (identificação inequívoca dos utentes beneficiários de produtos de apoio a pessoas com deficiência), que permitirá que a prescrição de ajudas técnicas transite para a aplicação PEM, disponibilizada pela SPMS, EPE. A Circular Conjunta n.º 34/ACSS/Infarmed/SPMS (definição de condições para a prestação de cuidados de saúde). A revisão da Circular Informativa Conjunta 01/INFARMED/SPMS de 03/04/2013, relativa à Codificação de dispositivos médicos – Despacho 15371/2012, 03 de dezembro, apoiando o INFARMED, I.P. A Circular Informativa n.º 04/2016/SPMS – Suporte aos profissionais dos Cuidados de Saúde Primários num horário de funcionamento alargado 24x7 – Piloto na ARS Algarve, entre outras.
- ❖ Elaboração, pelo Grupo de Trabalho dos Utentes (GTU), no âmbito da Comissão de Acompanhamento à Informatização Clínica (CAIC) da SPMS, da publicação “Da Participação à Ação: Um Roteiro de Recomendações” com o objetivo de promover informação de saúde mais responsável e informada, e dotar o cidadão de mais literacia em saúde. O GTU foi criado com o intuito de impulsionar o debate de temáticas centradas no utente, juntando contributos de cerca de 300 pessoas, ao longo de mais de um ano. O trabalho desenvolvido teve como propósito a promoção, reflexão e a discussão de temas relacionados com o acesso e a produção de informação útil, compreensível e fidedigna para o utente e estabelecer ações prioritárias nestas áreas.
- ❖ Ciclo de formações TIC promovido pela SPMS - No âmbito da formação, a SPMS, EPE tem promovido um conjunto de ações Microsoft, dirigido às equipas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) das várias entidades do SNS. No primeiro semestre do ano, realizaram-se formações para as



networking, tendo como finalidade acrescentar valor aos profissionais e decisores do setor da Saúde. A 1ª edição do C-Health Congress marcou diferença pela atualidade das temáticas abordadas e pela inovação.

- Participação no “Health Innovation Day” da Microsoft – A SPMS participou também em novembro no evento “Health Innovation Day”, com o tema “A Saúde Digital em Portugal”, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. O evento foi Promovido pela Microsoft e teve como objeto a transformação digital no setor da Saúde, em particular nas unidades de prestação de cuidados.
- Participação na conferência Portugal Digital Summit - No âmbito da temática da transformação digital dos negócios e das empresas, a SPMS participou na conferência Portugal Digital Summit – “Os Desafios e as oportunidades da Sociedade e da Economia Digital em Portugal”, promovida pelo ACEPI. Sob o mote “O futuro da Saúde num mundo digital”, Henrique Martins falou do papel estratégico dos sistemas de informação num SNS moderno e inovador.
- SPMS no 6º Congresso Internacional dos Hospitais – Sob a temática “Inovar em saúde. Mito ou realidade”, foi apresentado o tema “PIC – Plataformas de Integração de Cuidados”, numa mesa redonda que debateu a inovação ao nível nacional, regional e local. Organizado pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Hospitalar (APDH), o 6º congresso integrou vários workshops, conferências e mesas redondas com diversos especialistas e dirigentes de instituições de saúde, tendo por objetivo proporcionar uma análise plural e prospetiva sobre a temática da inovação em saúde e os desafios futuros para os cuidados de saúde primários, secundários e continuados.
- Participação no Encontro Nacional do Novo Código dos Contratos Públicos - A SPMS participou no “1º Encontro Nacional de Debate Sobre o projeto do Novo Código dos Contratos Públicos”, realizado no dia 28 de setembro, no ISCTE, em Lisboa. Promovido pela APMEP – Associação Portuguesa de Mercados Públicos e pelo OPET – Observatório de Prospetiva da Engenharia e da Tecnologia, o encontro foi uma sequência do 10º Congresso Nacional da Contratação Pública Eletrónica, decorrido a 21 de junho, sob o tema da transposição das Diretivas da União Europeia sobre os Mercados Públicos.
- Participação da SPMS no Seminário da EDP “A Gestão Eficiente da Energia no Setor Público” – Inovação, energia e digitalização foram os temas debatidos no Seminário EDP, que decorreu em novembro, em Aveiro. A SPMS participou com o tema “Transformação digital no setor público”, onde



como Fonte de Inovação”. Contando com oradores de várias organizações, a conferência focou-se, essencialmente, no impacto, nas estratégias e no futuro do procurement.



IV. Execução do orçamento

a. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da empresa em termos de pagamentos e recebimentos e de compromissos assumidos e por pagar.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução orçamental				
Principais agregados	DEZ - 2015	DEZ - 2016	Variação	%
Previsões Corrigidas	76.434.104,00 €	87.232.960,00 €	10.798.856,00 €	14%
Receitas Liquidadas	95.978.955,00 €	77.197.354,00 € -	18.781.601,00 €	-20%
Liquidações anuladas	30.738.035,00 €	680.090,00 € -	30.057.945,00 €	-98%
Recebimentos	49.853.548,00 €	72.979.141,00 €	23.125.593,00 €	46%
Dotações corrigidas	76.065.545,00 €	87.921.336,00 €	11.855.791,00 €	16%
Cativos ou congelamentos	7.519.270,00 €	8.011.527,00 €	492.257,00 €	7%
Compromissos assumidos	66.516.652,00 €	73.218.363,00 €	6.701.711,00 €	10%
Saldo de gerência anterior	15.813.695,00 €	84.062,00 € -	15.729.633,00 €	-99%
Pagamentos	47.131.598,00 €	67.243.985,00 €	20.112.387,00 €	43%
Saldo	2.721.950,00 €	5.735.156,00 €	3.013.206,00 €	-

Outros indicadores	DEZ - 2015	DEZ - 2016	Variação	%
Receita por cobrar no início	5.023.628,00 €	4.597.306,00 € -	426.322,00 €	-8%
Receita por cobrar no final	4.597.305,00 €	5.413.479,00 €	816.174,00 €	18%
Compromissos por pagar	3.571.359,00 €	5.974.378,00 €	2.403.019,00 €	67%

Figura 1 – Resumo da execução orçamental

No quarto trimestre de 2016 a SPMS apresenta um aumento na receita cobrada e liquidada consequência do aumento de capital e da transferência de Estado para liquidação dos passivos dos ACE'S. Esta situação foi balanceada pelo registo da assunção de compromissos, no valor de 24.977.140€ referente às obrigações líquidas inerentes à transmissão das posições jurídicas dos ACES's.

No final do ano o montante dos compromissos por pagar ascende a 5.974.378€, este montante refere-se na sua maioria a processos que ficaram por executar.



Figura 4 – Evolução da taxa de execução da receita

No 4º trimestre a SPMS recebeu o corresponde a doze duodécimos provenientes do montante inscrito no Orçamento de Estado como transferências correntes, bem como o montante inscrito no Orçamento de Estado para pagamento das dívidas a fornecedores provenientes dos ACES.

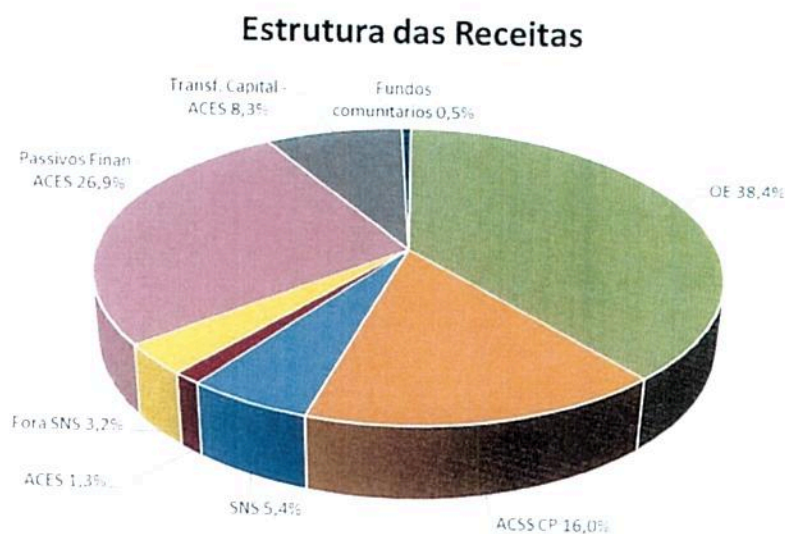


Figura 5 – Estrutura das receitas

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da execução da receita:



c. Execução da despesa com referência a 31 de dezembro de 2016

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS									
dez-16									
Un: euro									
Descrição	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Asumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
Font. Fin. Agrup. Designação	[1]	[2]	[3] = [1] - [2]	[4]	[5]	[6] = [3] - [4]	[7] = [3] - [5]	[8] = [4] - [5]	[9] = [5] / [3]
3.1.9 D01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERM	7.384.552 €	653.965 €	6.730.587 €	6.678.534 €	6.677.620 €	52.053 €	52.967 €	913 €	99,2%
3.1.9 D01.02 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTU	340.927 €	19.452 €	321.475 €	315.843 €	315.843 €	5.632 €	5.632 €	- €	98,2%
3.1.9 D01.03 SEGURANÇA SOCIAL	1.770.035 €	132.431 €	1.637.604 €	1.634.581 €	1.476.801 €	3.023 €	160.803 €	157.781 €	90,2%
3.1.9 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	146.500 €	- €	146.500 €	144.208 €	134.267 €	2.292 €	12.233 €	9.941 €	91,6%
3.1.9 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	17.529.986 €	- €	17.529.986 €	16.896.263 €	15.740.164 €	633.723 €	1.789.822 €	1.156.099 €	89,8%
3.1.9 D06.02 DIVERSAS	26.000 €	- €	26.000 €	25.516 €	18.179 €	484 €	7.821 €	7.337 €	69,9%
3.1.9 D07.01 INVESTIMENTOS	802.000 €	- €	802.000 €	498.075 €	491.668 €	303.925 €	310.332 €	6.407 €	61,3%
3.1.9 D10.07 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.653.586 €	- €	5.653.586 €	5.653.586 €	5.653.586 €	- €	- €	- €	100,0%
4.1.2 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.397.264 €	14.320 €	1.382.944 €	262.306 €	83.733 €	1.120.638 €	1.299.211 €	178.573 €	6,1%
4.1.2 D07.01 INVESTIMENTOS	424.150 €	- €	424.150 €	374.912 €	374.912 €	49.238 €	49.238 €	- €	88,4%
4.8.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	392.174 €	13.428 €	378.746 €	3.188 €	980 €	375.558 €	377.766 €	2.208 €	0,3%
5.1.0 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	647.980 €	115.032 €	532.948 €	452.433 €	345.487 €	80.515 €	187.461 €	106.946 €	64,8%
5.1.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	24.256.073 €	6.350.710 €	17.905.363 €	15.196.016 €	11.214.296 €	2.709.347 €	6.691.067 €	3.981.720 €	62,6%
5.1.0 D03.06 ENCARGOS FINANCEIROS	1.000 €	- €	1.000 €	- €	- €	1.000 €	1.000 €	- €	0,0%
5.1.0 D06.02 DIVERSAS	3.016.489 €	712.189 €	2.304.300 €	1.857.579 €	1.857.146 €	446.721 €	447.154 €	434 €	80,6%
5.1.0 D07.01 INVESTIMENTOS	3.622.057 €	- €	3.622.057 €	2.714.759 €	2.348.742 €	907.298 €	1.273.315 €	366.017 €	64,8%
5.1.0 D10.07 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.510.563 €	- €	20.510.563 €	20.510.563 €	20.510.563 €	- €	- €	- €	100,0%
	87.921.336 €	8.011.527 €	79.909.809 €	73.218.363 €	67.243.985 €	6.691.446 €	12.665.824 €	5.974.378 €	84,1%

Figura 7 - Execução orçamental da despesa por subagrupamento

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 84%, o que significa que o nível de execução da despesa está balanceado com o nível de execução da receita.

A existência de cativações orçamentais, na ordem dos 8M€, limitou a assunção de novos compromissos e, consequentemente, a capacidade de realização de serviços e respetiva faturação.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos, com referência ao mês de dezembro.

(Unid Monetária: Euros)			
Despesa	DEZ - 2014	DEZ - 2015	DEZ - 2016
Valor Orçamentado	55.805.564,00 €	76.065.545,00 €	87.921.336,00 €
Valor cativo	5.233.082,00 €	7.519.270,00 €	8.011.527,00 €
Valor Executado	43.025.347,00 €	62.945.293,00 €	67.243.985,00 €
Taxa de Execução	85%	92%	84%

Figura 8 - Evolução da execução do orçamento da despesa



(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução da despesa - Evolução face a 2015				
Principais agregados	DEZ - 2015	DEZ- 2016	Variação	%
Despesas com o pessoal	7.775.312,00 €	8.470.264,00 €	694.952,00 €	9%
Aquisição de bens e serviços	28.234.421,00 €	27.518.927,00 € -	715.494,00 €	-3%
Outras despesas correntes	6.220.832,00 €	1.875.325,00 € -	4.345.507,00 €	-70%
Investimento	4.901.033,00 €	3.215.322,00 € -	1.685.711,00 €	-34%
Transferências de capital	- €	26.164.149,00 €	26.164.149,00 €	0%
Total	47.131.598,00 €	67.243.985,00 €	20.112.387,00 €	43%

Figura 11 – Evolução das despesas por agrupamento

Em termos analíticos, apresenta-se de seguida a estrutura de compromissos e pagamentos por orgânica.

(Unid Monetária: Euros)

Código	Descrição da Unidade Orgânica	Compromissos Assumidos	Pagamentos	Compromissos por pagar
1	Direção de Assuntos Jurídicos e Contencioso	396.207 €	329.059 €	67.148 €
2	Direção de Comunicação e Relações Públicas	1.795.070 €	1.466.631 €	328.439 €
3	Direção de Compras da Saúde	1.107.504 €	914.761 €	192.743 €
4	Direção de Compras Transversais	289.027 €	255.417 €	33.610 €
4.1	Unidade de Aprovisionamento	570.778 €	473.483 €	97.295 €
4.2	Unidade Ministerial de Compras	8.561 €	8.561 €	- €
5	Direção Financeira	26.361.223 €	26.345.954 €	15.269 €
5.1	Serviços Internos Financeiros	1.964.238 €	1.932.987 €	31.251 €
6	Direção de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional	287.666 €	72.481 €	215.185 €
7	Direção de Recursos Humanos	9.240.319 €	8.996.419 €	243.900 €
7.1	Serviços Internos de Recursos Humanos	1.097.025 €	930.509 €	166.517 €
7.2	Serviços Partilhados de Recursos Humanos e Logística	63.365 €	58.072 €	5.294 €
8.1	Unid. Coord. Sistemas Locais de Informação Clínica e Administrativa	1.502.903 €	989.201 €	513.703 €
8.2	Unid. Coord. Sistemas Locais de Informação Clínica e Administrativa	996.558 €	697.006 €	299.552 €
8.3	Unid. Coord. Plataformas de Integração de Cuidados	1.385.268 €	853.417 €	531.851 €
8.4	Unid. Coord. Arquitetura Interoperabilidade e Projetos Internacionais	404.541 €	308.418 €	96.123 €
8.5	Unid. Coord. Operações, Segurança e Infraestrutura	16.473.765 €	15.425.128 €	1.048.638 €
8.6	Unid. Coord. Sistemas de Informação de Apoio à Gestão	3.170.643 €	2.473.299 €	697.343 €
8.7	Direção de Sistemas de Informação - RG	12.288 €	12.288 €	- €
8.9	Unid. Coord. Registos Nacionais	1.025.918 €	685.929 €	339.989 €
8.10	Unid. Coord. Sistemas de Prescrição e Dispensa	685.766 €	273.860 €	411.906 €
8.11	Unid. Coord. Sistemas de Suporte a Programas Estruturais da Saúde	523.897 €	390.237 €	133.660 €
8.12	Unid. Coord. Gestão de Serviço e Suporte	450.179 €	379.182 €	70.997 €
8.13	Núcleo de Coordenação do eSIS - RG	166.638 €	64.351 €	102.287 €
8.14	Núcleo de Coordenação do eSIS - SC	53.981 €	10.787 €	43.194 €
8.15	Núcleo de Apoio à DSI	124.015 €	123.925 €	90 €
9	Gabinete de Auditoria Interna	6.144 €	- €	6.144 €
10	Unidade de Apoio Geral	2.697.346 €	2.488.955 €	208.391 €
11	Conselho de Administração	103.898 €	67.490 €	36.408 €
12.3	Núcleo de PMO	90.006 €	72.165 €	17.841 €
12.4	Núcleo de International Public Procurement & Sourcing	602 €	602 €	- €
12.5	Núcleo de Mobilidade e Apps	7.282 €	7.282 €	- €
12.6	Núcleo de @Easy Procurement	155.741 €	136.130 €	19.611 €
Total		73.218.363 €	67.243.985 €	5.974.378 €

Figura 12 – Estrutura de compromissos e pagamentos por Orgânica



2. Demonstração de Resultados

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de dezembro 2016

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31.dez.16	31.dez.15
Vendas e serviços prestados	17	15.188.572,63	39.903.249,15
Subsídios à exploração	25	25.560.298,98	84.062,39
Fornecimentos e serviços externos	19	-26.727.004,71	-20.336.466,46
Gastos com o pessoal	20	-9.287.575,33	-8.029.963,12
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	-245.525,70	42.931,13
Provisões (aumentos/reduções)	18	198.994,80	-617.335,25
Outros rendimentos	21	539.443,33	349.033,08
Outros gastos	22	-2.429.008,72	-3.512.864,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.798.195,28	7.882.646,41
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	23	-2.140.686,62	-2.208.736,65
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento e impostos)		657.508,66	5.673.909,76
Juros e gastos similares suportados		-391.760,22	-162.188,54
Resultado antes de impostos	24	265.748,44	5.511.721,22
Imposto sobre o rendimento do período		-79.299,76	-1.468.129,92
Imposto Diferido	7	47.968,95	-
Resultado líquido do período		234.417,63	4.043.591,30



4. Notas às Demonstrações Financeiras

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo as amortizações reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

Clientes

No 4º trimestre de 2016 os valores em dívida de clientes mantiveram-se ao face ao período homólogo. O montante em dívida refere-se essencialmente a faturas emitidas à Administração Central do Sistema de Saúde no âmbito do Contrato, cerca de 4,3M.

Estado e Outros Entes Públicos – Ativo

Nesta rubrica está considerado um crédito de imposto de IRC, a SPMS efetuou pagamentos por conta com base num resultado superior ao resultado efetivo apurado em 2016.

Outros créditos a receber

O montante incluído nesta rubrica corresponde a valores a receber de colaboradores da SPMS na sequência da emissão de reposições, tendo sido efetuadas as diligências necessárias para a recuperação dos montantes em causa.

Diferimentos

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente.

Caixa e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de



de exfluxos financeiros, sendo esta quantificada com o auxílio do patrocínio jurídico dos respetivos processos, de acordo com as políticas contabilísticas em vigor.

Financiamentos obtidos

Em 2016, a SPMS liquidou a totalidade da dívida a Instituições bancárias proveniente dos ACE's SOMOS, por via do aumento de capital e de parte das transferências do Orçamento do Estado destinadas a esse propósito.

Fornecedores

O montante em dívida explica-se sobretudo por faturas de fornecedores que, apesar de emitidas em 2016, apenas foram recebidas nos últimos dias de 2016 ou nos primeiros dias de 2017, impossibilitando a sua validação e pagamento ainda no exercício de 2016.

Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a IVA e Segurança Social.

Outras dívidas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias e subsídio de férias a liquidar aos colaboradores em 2017, mas cujo direito foi adquirido em 2016.

Nesta rubrica também está refletido o encargo referente à prestação de serviços do contrato n.º 194/2016, referente ao processo 20160063 – Aquisição de manutenção de licenciamento ORACLE, no montante de 2.043.000,00 euros, uma vez que este gasto é recorrente e anual, o processo refere-se ao exercício de 2016, encontrava-se em fase de obtenção de visto do Tribunal de Contas a 31 de dezembro de 2016 e será previsivelmente pago em 2017.

Foi ainda reconhecido em passivo o montante do saldo de gerência de receitas gerais, no montante de 3.574.910,00€ por se considerar poder aplicar-se supletivamente os parágrafos 44 e 45 da IPSAS n.º 23 – Revenue from non-exchange transactions (taxes and transfers) – Transações sem contraprestação, relativamente ao saldo da fonte de financiamento 319 – Transferências das Administrações Públicas.

Considerando que, nos termos do artigo 137.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro “Os saldos da execução orçamental de 2016 das entidades tuteladas pelo Ministério da Saúde, excluindo as entidades referidas no número seguinte, são integrados automaticamente no orçamento da ACSS, I. P., de 2017”, também o saldo de receitas próprias foi integrado no passivo, no montante de 1.769.053,00€, tratando-se de uma obrigação e não de uma condição, ao contrário do caso das transações sem contraprestação referido no



Outros gastos

Esta rubrica apresenta uma diminuição do seu valor em relação ao período de 2015, devido à liquidação da maioria dos passivos provenientes dos ACE'S SOMOS.

Nos termos do artigo 137.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro "Os saldos da execução orçamental de 2016 das entidades tuteladas pelo Ministério da Saúde, excluindo as entidades referidas no número seguinte, são integrados automaticamente no orçamento da ACSS, I. P., de 2017", pelo que o saldo de receitas próprias foi integrado no passivo, todavia, tratando-se de uma obrigação e não de uma condição, ao contrário do caso das transações sem contraprestação, a contrapartida foi registada em gastos do exercício, no montante de 1.769.053,00€, ao invés de uma diminuição aos rendimentos.

Gastos de depreciação e amortização

Esta rubrica espelha o forte investimento registado durante o ano de 2015, especialmente decorrente da execução do PRITIC.

Evolução dos resultados

A Demonstração de Resultados, a 31 de dezembro de 2016, evidencia um resultado líquido do período de 234.417,63€.

Recebimentos de clientes

Os recebimentos ocorridos em 2016 foram inferiores em relação a 2015. No entanto, a evolução da DFC deve ser lida tendo em consideração a passagem dos recebimentos referentes à manutenção (contínuo) do Contrato-Programa da rubrica "Recebimentos de Clientes" para a rubrica "Outros recebimentos", em virtude da alteração da sua proveniência (Duodécimos - Transferências correntes do orçamento do Estado).

Pagamentos a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores apresenta um valor ligeiramente inferior face ao ano anterior, atentas as limitações conjunturais do 1.º semestre de 2016.

Pagamentos ao pessoal

Os pagamentos ao pessoal apresenta um comportamento semelhante ao ano anterior. No entanto verifica-se um ligeiramento aumento relacionado com o aumento do quadro de pessoal da SPMS.



VI. Indicadores

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência ao ano de 2016 e sua situação face ao ano de 2015.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte	31.dez.2015	31.dez.2016
	Denominador	Numerador			
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	4.043.591,30 €	234.417,63 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço	-140%	27%
Liquidez geral	Ativo Corrente: Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos Corrente: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço	1,13	1,10
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço	-0,58	0,37
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	5.673.909,76 €	657.508,66 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR	7.882.646,41 €	2.798.195,28 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR	20.336.466,46 €	26.727.004,71 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume de negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR	40.336.344,62 €	41.288.314,94 €
Gastos com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251) + Alojamento (61516)	NA	Balancete	260.108,72 €	357.973,06 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete	21.559,43 €	39.527,45 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete	144.253,24 €	147.433,96 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete	8.029.963,12 €	9.287.575,33 €
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	FSE + Gastos com pessoal	NA	DR	28.366.429,58 €	36.014.580,04 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços + Subsídios à exploração	NA	DR	39.987.311,54 €	40.748.871,61 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais DGTF	Volume de Negócios	DR	71%	88%
Gastos com Frota Automóvel	Combustíveis (6242) + Locação (62612)	NA	Balancete	24.107,22 €	28.583,49 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC	49.722.004,54 €	17.786.531,89 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC	29.361.989,16 €	27.898.907,58 €
Prazo médio de pagamento (dias) - Dados de dezembro	Média Fornecedores dos últimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	33,76	33,51
Prazo médio de recebimento (dias) - Dados de dezembro	Média dos Clientes dos últimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	25,14	22,07
Quociente de posicionamento relativo	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento		1,34	1,52
Saldo médio mensal de clientes - Dados de dezembro	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2.939.852,69 €	1.856.323,95 €
Saldo médio mensal de fornecedores - Dados de dezembro	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2.842.877,89 €	2.562.522,55 €
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento, para além das receitas próprias		Balancete	84.062,39 €	34.475.209,35 €



4. A SPMS apresentou uma execução orçamental equilibrada, embora tenha tido dificuldade em assumir e executar compromissos dada a incerteza gerada pela faturação tardia do Contrato-Programa com a ACSS.
5. No âmbito das atividades inerentes ao Decreto-Lei nº209/2015, de 25 de setembro, encontra-se liquidada parte significativa das responsabilidades assumidas por aqueles ACE Somos e transmitidas para a SPMS (98%), porquanto se realizou o pagamento da totalidade do capital em dívida ao Sindicato Bancário, bem como das situações (que se destacam pela sua materialidade) referentes aos credores Capgemini Portugal, Serviços de Consultadoria e Informática, S.A. e MSD – Merck Sharp & Dohme, Lda.

SPMS, em Lisboa, 17 de março de 2017



RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA e do CONSELHO DE MINISTROS:

1. **RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 200/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 199/2016, SÉRIE I DE 2016-10-17** - Reforço das medidas de prevenção, diagnóstico, tratamento e apoio aos doentes de cancro da mama;
2. **RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 201/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 199/2016, SÉRIE I DE 2016-10-17** - Recomenda ao Governo a divulgação de relatórios sobre a implementação de rastreios de base populacional de cancro da mama, cancro do colo do útero, retinopatia diabética e cancro do cólon e reto;
3. **RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 221/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 218/2016, SÉRIE I DE 2016-11-14** - Recomenda ao Governo a divulgação dos instrumentos de contratação utilizados pela Administração Pública e Setor Empresarial do Estado, com recurso a contratos emprego-inserção, estágios, bolsas de investigação ou contratos de prestação de serviços;
4. **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 56/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 197/2016, SÉRIE I DE 2016-10-13** Presidência do Conselho de Ministros - Aprova a Estratégia Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde 2016-2020;
5. **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 62/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 199/2016, SÉRIE I DE 2016-10-17** Presidência do Conselho de Ministros - Aprova a Estratégia Nacional para o Ecossistema de Informação de Saúde 2020 – ENESIS 2020;
6. **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 67/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 206/2016, SÉRIE I DE 2016-10-26** Presidência do Conselho de Ministros - Cria o Centro Nacional de TeleSaúde.

DESPACHOS:

1. **DESPACHO N.º 11924/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 192/2016, SÉRIE II DE 2016-10-06** Saúde – Gabinete do Ministro Nomeia e define as competências do Coordenador Nacional para Projetos Inovadores em Saúde, para os novos hospitais e turismo de saúde, bem como os elementos da sua Equipa de Apoio.
2. **DESPACHO N.º 12248/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 195/2016, SÉRIE II DE 2016-10-11** Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de medicamentos analgésicos, antipiréticos e antidepressivos, no âmbito de concurso público (CP 2016/44), lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS, E.P.E.)
3. **DESPACHO N.º 12249/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 195/2016, SÉRIE II DE 2016-10-11** Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de material de ostomia e eliminação, no âmbito de concurso público (CP 2016/27), lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.)
4. **DESPACHO N.º 12250/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 195/2016, SÉRIE II DE 2016-10-11** Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de medicamentos usados como meios de diagnóstico em imagiologia, no âmbito de concurso público (CP 2015/56A), lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.)
5. **DESPACHO N.º 12251/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 195/2016, SÉRIE II DE 2016-10-11** Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de medicamentos do aparelho respiratório, no âmbito de concurso público (CP 2015/12), lançado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.)
6. **DESPACHO N.º 12837/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 205/2016, SÉRIE II DE 2016-10-25** Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde - Determina que todas as unidades e estabelecimentos de saúde integrados no Serviço Nacional de Saúde que ainda não aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas devem fazê-